
DISCUTINDO TERRITORIALIDADE, REDE E O CONCEITO DE CAMPO: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA PERSPECTIVA CONTEXTUALIZADA

Mariana Baldi

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Sumário: 1. Introdução; 2. Campo organizacional; 3. Imersão social e a análise de redes; 4. Territorialidade; 5. Territorialidade, Campo e Rede: para iniciar e não para concluir;

RESUMO

Este artigo é um ensaio teórico cuja proposta centra-se na análise das contribuições dos conceitos de territorialidade, rede e campo como permitindo a superação de práticas subordinadas e descontextualizadas. Adota-se como pressuposto que a análise da territorialidade e da dinâmica da rede permite uma melhor compreensão das transformações do campo e de sua evolução. Argumenta-se que para compreender e gerar transformações no campo, a inserção em diferentes redes é fundamental bem como a prática territorializada da ação. O artigo está estruturado, primeiramente, no conceito de campo baseado em artigos de DiMaggio e Powell (1991); Scott (1995) e Misoczky (2003), dentre outros. A discussão sobre redes está inserida no mecanismo estrutural de imersão social (ZUKIN; DIMAGGIO, 1990) para evitar que se utilize uma abordagem subsocializada ou sobressocializada. Como salientam Powell et al (2005) são exatamente as características predominantes da pesquisa de redes que fazem com que as análises de campo e de rede venham sendo desenvolvidas de maneira desconectadas. A seguir, aborda-se o conceito de territorialidade, espaço e territorialização e, por fim, são articulados os diferentes conceitos visando uma maior territorialidade da ação dos pesquisadores organizacionais locais.

Palavras-chave: Redes . Campo organizacional .Territorialidade. Imersão social

ABSTRACT

This article consists on a theoretical essay concerning to the improvements of the concept of territoriality, network, and organizational field. The assumption is that by applying this theoretical framework is possible to bypass action subordinates and not contextualized practices. It was taken as an assumption that these framework led to a better comprehension of the transformations of the field, as well as its evolution. To be inserted in various networks and to develop territorialized practices are fundamental criteria for comprehending and producing transformation into the organizational field. The article is structured as follow: First, it is developed the concept of organizational field based on DiMaggio and Powell (1991); Scott (1995) and Misoczky (2003). Second, for analyzing the theoretical debate about networks is taken in count the structural mechanism, whose origin stems from embeddedness theoretical debate (ZUKIN, DIMAGGIO, 1990). It is done so for reducing the employment of undersocialized and oversocialized approaches. Powell et al. (2005) stress those predominant characteristics of network researches are those which make that analysis of field and network being developed in an unconnected way. Next, it is approach the concept of territoriality, space and territorialization. In the end, these concepts are articulated aiming to get an improvement of the local researcher action's territoriality.

Key-words: Networks. Organizational field. Territoriality. Social embeddedness

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é um ensaio teórico cuja proposta centra-se na análise das contribuições dos conceitos de territorialidade, rede e campo como permitindo a superação de práticas subordinadas e descontextualizadas. Adota-se como pressuposto que a análise da territorialidade e da dinâmica da rede permite uma melhor compreensão das transformações do campo e de sua evolução.

A necessidade de superação de abordagens descontextualizadas já foi apontada por diferentes autores nacionais e internacionais (CALDAS; WOOD JR, 1999; CLEGG, 1998; GRANOVETTER, 1985; GUERREIRO RAMOS, 1983; 1989) que defendem a perspectiva contextualizada dos estudos organizacionais. Este artigo busca introduzir o conceito de territorialidade como uma categoria analítica que permite a apropriação da teoria e da prática. Compreender o território como um espaço delimitado e constituído por relações de poder; construído e desconstruído por diferentes atores sociais é algo que vem interessando não somente a Geografia, mas diferentes áreas de conhecimento. O território, portanto, vincula-se a uma apropriação do espaço através da territorialização da ação. Raffestin define a territorialidade como

[...] um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. [...] essa territorialidade é dinâmica, pois os elementos que a constituem [...] são, suscetíveis de variações no tempo. É útil dizer, nesse caso, que as variações que podem afetar cada um dos elementos não obedecem às mesmas escalas de tempo (RAFFESTIN, 1993, p. 160-61).

Para o autor, espaço e território se diferenciam na medida em que o primeiro é a matéria-prima para a produção do território. Neste sentido, o território é a apropriação do espaço em diferentes dimensões, isto é, economicamente, politicamente e culturalmente. É a apropriação pelos atores; é a cristalização dessas ações.

Esta discussão perpassa também os estudos organizacionais, entendendo-se que tanto os atores como os espaços se relacionam com a sociedade mais ampla. Dentre os pesquisadores da área que discutem a questão da localidade e da ação, destacam-se no Brasil, Vieira e Vieira (2003)

e, internacionalmente, embora pouco citado entre os pesquisadores brasileiros, Marc Maurice. Para Maurice (2000) o conceito de espaço supera a retórica dos níveis (macro e micro, por exemplo) na medida em que busca desenvolver uma análise dos "processos e da qualidade das relações entre atores e as formas de socialização as quais eles estão sujeitos" (MAURICE, 2000:19).

Não existe ator sem espaço bem como não existe espaço sem ator. Tanto o espaço quanto o ator são *em si* construções sociais. O ator é parte do espaço que ajuda a moldar sua identidade e o espaço é estruturado pela ação e estratégias do ator. O espaço é tanto a esfera de atividade como o recurso. A construção dos atores é revestida de uma dimensão temporal e histórica que ajuda a moldar a identidade desses atores e sua forma de existência na sociedade. Neste sentido, é possível falar em atores localizados num sistema de tempo-espaço.

Para Brunet, Ferras e Thêry. (1993) a discussão sobre território é ampliada a partir da discussão sobre redes. Assim, um território seria constituído pelo inter-relacionamento entre diferentes lugares e pela sua capilaridade. A rede como uma perspectiva analítica possibilitaria compreender a dinâmica de construção desta territorialidade e das relações de poder. No entanto, é importante salientar de que forma a perspectiva de rede pode auxiliar nesta compreensão, pois grande parte dos estudos sobre redes centra-se em uma perspectiva individual, não permitindo tal avanço.

Quanto a este aspecto, Salancik (1995) destacou em artigo intitulado "WANTED: A Good Network Theory of Organization", a necessidade de uma boa teoria de redes de organizações. Recentemente, Powell et al (2005) também salientaram que os pesquisadores, ao centrarem suas análises em perspectivas individuais, não permitem um entendimento da ação coletiva.

Outro aspecto que se denota como limitador ao se utilizar a perspectiva de redes é o fato de que os estudos são desenvolvidos utilizando, predominantemente, cortes seccionais. A dinâmica da rede, isto é, sua construção, desconstruções e reconstruções ao longo do tempo são aspectos ainda pouco abordados. Mesmo podendo se observar avanços nas pesquisas brasileiras e internacionais, muitas vezes a dinâmica centra-se na díade e não nas redes de uma maneira mais ampla.

Como Powell et al (2005) salientaram poucos estudos organizacionais sobre redes adotam uma perspectiva longitudinal. Para os autores, ao se pesquisar a dinâmica da rede,

percebe-se a mudança social como um processo variável, ou seja, que não afeta da mesma forma todos os atores, mas "como reverberações sentidas de diferentes maneiras dependendo de seu status institucional e localização na rede" (p.1134). Um dos poucos trabalhos que adota uma perspectiva longitudinal é o de Baldi e Vieira (2005) que fazem uma análise do setor calçadista do Vale dos Sinos. Os autores desenvolvem uma análise de um período de mais 100 anos, identificando mudanças na dinâmica competitiva do setor, nos principais atores sociais e nas características organizacionais, permitindo a compreensão da natureza contingente da ação econômica.

O trabalho desses autores ressalta como características locais e globais da rede constroem a dinâmica de ambos os espaços. Nesse sentido, mesmo sem fazer referência ao conceito de territorialidade, permitem a compreensão das relações sociedade-espaço-tempo e suas variações dentro da mesma rede e do mesmo território. No presente artigo rompe-se a noção de tempo como algo linear e evolutivo, defendendo a noção de tempo enquanto algo que não se esgota em si mesmo. Isto é, como uma espiral que vivencia *ao mesmo tempo* diferentes realidades (BURRELL, 1993).

Para Powell et al (2005) são exatamente as características predominantes da pesquisa de redes (foco na díade e perspectiva de análise individual e não da ação coletiva) que fazem com que as análises de campo e de rede venham sendo desenvolvidas de maneira desconectadas. Entretanto, para os autores, a dinâmica da rede é central para compreender como o campo evolui.

2 CAMPO ORGANIZACIONAL

O conceito de campo atrela-se a teoria institucional ou, mais especificamente, ao novo institucionalismo, o qual o adota como foco de análise diferenciando-se do velho institucionalismo de Selznick, cujo enfoque é na organização. Campo organizacional é compreendido por "(...) aquelas organizações que no conjunto, constituem uma área reconhecida da vida organizacional: fornecedores-chave, consumidores de recursos e produtos, agências reguladoras e outras organizações que produzem produtos ou serviços similares" (DIMAGGIO; POWELL, 1991, p.64-65). Para Vieira e Carvalho (2003) campo é um conceito crucial na teoria institucional.

A relevância da mudança do nível de análise dá-se, portanto, na superação do foco na organização e na comunidade em si como também na não restrição às organizações que competem (abordagem populacional), centrando-se na totalidade dos atores relevantes.

A despeito dessas contribuições, Misoczky (2003) critica o fato de que esses autores desconsideram o poder como uma categoria central, como uma categoria estruturante do campo.

Para DiMaggio (1991) os processos de estruturação são anteriores aos processos de isomorfismo institucional, isto é, só é possível compreender institucionalização se, primeiramente, se compreender a estruturação dos campos organizacionais. Ressalta-se ainda que a estrutura de um campo não pode ser determinada a priori mas construída a partir da pesquisa empírica pois o campo só existe na medida em que está institucionalizado (DIMAGGIO; POWELL, 1991).

Para DiMaggio e Powell (1991) o processo de definição institucional ou estruturação é composto de quatro partes: aumento na interação entre organizações no campo; no surgimento de estruturas interorganizacionais claramente definidas de dominação e padrões de coalizão; aumento na quantidade de informação que as organizações do campo devem lidar e o desenvolvimento de consciência mútua entre as organizações envolvidas em um empreendimento comum.

Quando os campos organizacionais são bastante estruturados, eles provêem um contexto que, para lidar com a incerteza, levam a processos de homogeneização. Os autores identificam alguns preditores da mudança isomórfica no nível organizacional e no nível de campo. Dentre eles, têm-se como preditores no nível organizacional algumas hipóteses derivadas do isomorfismo coercitivo e das pressões formais e informais exercidas por algumas organizações sobre outras. A primeira hipótese destaca a dependência de uma organização sobre outra, demonstrando que quanto maior a dependência, maior a similaridade. A segunda salienta que quanto mais centralizados forem os fornecedores de recursos, maior a extensão da mudança isomórfica. A terceira centra-se na perspectiva de que quanto mais incerto o relacionamento entre meios e fins, maior a possibilidade de modelamento a partir de organizações consideradas bem sucedidas. A quarta hipótese demonstra que quanto maior

a ambiguidade dos objetivos organizacionais, maior será a homogeneidade.

Dentre os preditores no nível de campo, pode-se destacar: quanto maior o grau de estruturação de um campo, maior é o grau de isomorfismo; quanto maior a extensão de profissionalização em um campo, maior o grau de mudança institucional isomórfica; quanto mais as organizações em um campo relacionam-se com agências do estado, maior o nível de isomorfismo.

A utilização do conceito de campo associa-se à concepção de que organizações sobrevivem ao compartilharem valores em um espaço social, aumentando sua legitimidade. Para Meyer e Rowan (1992, p.21) "organizações são levadas a incorporar as práticas e os procedimentos definidos pelos conceitos racionalizados previamente e institucionalizados na sociedade". Esta conceituação expressa a idéia central dos institucionalistas, os quais defendem que as organizações buscam preferencialmente aumentar a sua base de legitimidade independentemente do aumento da eficiência e da eficácia. Os autores argumentam que na sociedade pós-industrial as estruturas formais das organizações refletem os mitos de seu ambiente institucional em vez da demanda de suas atividades de trabalho, assim mantém *gaps* que as distanciam das incertezas das atividades técnicas. Vários elementos da estrutura são altamente institucionalizados e funcionam como mitos tendo um forte impacto no cotidiano organizacional.

Os autores destacam duas proposições no que concerne às origens e a elaboração da estrutura formal. A primeira delas considera que regras institucionais racionalizadas resultam de domínios de atividade de trabalho, formas organizacionais se constituem e se expandem pela incorporação dessas regras como elementos estruturais. A segunda proposição refere-se ao fato de que quanto mais modernizada a sociedade, maior será a extensão de estruturas institucionais racionalizadas.

Para Meyer e Rowan (1992) os mitos racionalizados da estrutura organizacional são produzidos por três processos, isto é, pela elaboração de complexas redes de trabalho interconectadas, pelo grau de organização coletiva do ambiente e pelos esforços da liderança de organizações locais. Os esforços para moldar o ambiente institucional advêm de organizações que forçam suas redes relacionais a adaptarem sua estrutura, tentando fazer com que seus objetivos e procedimentos sejam percebidos

como regras institucionais na sociedade. Desta maneira, formas organizacionais perpetuam-se tornando elas mesmas regras institucionalizadas.

Ao incorporar elementos racionalizados, legitimados socialmente, maximiza-se a legitimidade e a capacidade de sobrevivência, da mesma forma, as organizações ao se distanciarem dos mitos institucionalizados - mesmo possuindo eficiência técnica - aproximam-se da falência. As organizações estão tomando-se cada vez mais homogêneas e as mudanças nas suas estruturas relacionam-se mais a processos influenciados pelo estado e pelas profissões do que pela competitividade ou pela eficiência. Quando os campos organizacionais são bastante estruturados, eles provêem um contexto que, para lidar com a incerteza, levam a processos homogêneos. No entanto, é importante salientar que, não necessariamente o atendimento às exigências institucionais do ambiente vão de encontro à eficiência técnica (LOPES, 2003).

A despeito da importância da noção de campo, Vieira e Carvalho (2003) salientam as limitações explicativas-interpretativas da teoria institucional, dentre elas as relações e os recursos de poder. Neste sentido, Silva (2005) defende que embora a teoria institucional forneça subsídios relevantes para compreensão do processo de construção dos padrões de legitimidade, ela não é suficiente.

Este aspecto limitante refere-se à destituição da possibilidade de uma ação estratégica, isto é, de caráter intencional, pois "a ênfase não é na relação entre agentes, que tendem a perder importância, até quase o desaparecimento. Na medida em que o campo se estrutura, se institucionaliza, ganha estabilidade, a ação se torna cada vez mais adaptativa, reativa às pressões do ambiente" (MISOCZKY, 2003, 19). Para a autora, DiMaggio tenta encontrar espaço para a ação estratégica, mas ação e instituição são analiticamente separados. Assim, é possível focar a agência na fase da estruturação, mas na institucionalização, o papel da agência desaparece e o foco é na instituição.

Por fim, embora alguns autores recomendem a reconciliação do velho e do novo institucionalismo para superar a limitação de cada um deles, a autora considera que isto não geraria grandes avanços, salientando a necessidade de desenvolver referenciais que introduzam "a diferença no olhar" (MISOCZKY, 2003, p.27).

A limitação da noção de campo é apontada também por Powell et al (2005), os quais afirmam que, apesar da análise do

campo ter o foco em aspectos relacionais de diferentes atores sociais, ela se restringe às relações dentro do campo, desconsiderando como a inserção em diferentes redes gera transformações dentro do mesmo. Desta forma, defendem que é a dinâmica da rede em conjunto com a noção de campo que permite uma melhor compreensão de como o comportamento de diferentes atores de um tipo influencia o comportamento de outros atores.

3 IMERSÃO SOCIAL E A ANÁLISE DE REDES

O conceito de imersão social vem sendo trabalhado por autores que buscam uma perspectiva contextualizada da ação. O criador do termo foi Polanyi (1944) que o introduziu no seu livro clássico *A grande transformação*, muito embora sua preocupação não era desenvolver o conceito *per se*, mas entender a diferença entre os mercados emergentes e os antigos sistemas econômicos. Polanyi (1947) afirma que o homem econômico não age para proteger seus interesses individuais, mas para proteger seus direitos sociais. O homem econômico está submerso em suas redes de relações sociais de tal forma que seus motivos brotam dessa relação.

Dentre os trabalhos recentes que desenvolvem argumentos da imersão social da ação econômica, estão os que discutem redes, capital social e os que desenvolvem argumentos na economia sociológica. Granovetter (1985) tem um importante papel na retomada do conceito de imersão. O autor aborda o inter-relacionamento entre estrutura social e atividade econômica, preocupando-se em se posicionar no que se refere aos pressupostos da economia neoclássica. Como pressupostos, estes invocam uma explicação atomizada da ação econômica e assumem um comportamento auto-interessado. Para os neoclássicos a ação econômica é minimamente afetada pelas relações sociais, operando com uma concepção subsocializada de ação.

Paradoxalmente, entretanto, ele também destaca que a visão dos sociólogos e cientistas políticos é sobressocializada, ou seja, eles possuem

uma concepção de pessoas como irresistivelmente sensíveis à opinião de outros e, portanto, obedientes aos ditames dos sistemas consensualmente desenvolvidos de normas e valores, internalizados através da socialização, de uma forma tal que obediência não é

percebida como um fardo
(GRANOVETTER, 1985, p. 485).

Destaca-se que ambas as concepções de ação apresentam uma concepção de ator atomizado resultante ou do fato que as relações sociais contínuas têm apenas efeitos periféricos sobre o comportamento (sobressocializada) ou do fato que a ação é guiada pelo auto-interesse (subsociada). Contudo, o comportamento dos atores está imerso nos sistemas contínuos das relações sociais. O comportamento deles é afetado pelo comportamento de outros grupos e pela história dessas relações bem como é um processo que, continuamente, é construído e reconstruído.

Zukin e DiMaggio (1990) ampliam a concepção de imersão social de Granovetter ao propor que ela se atrela à natureza contingente da ação econômica no que se refere a quatro mecanismos: cognitivo, cultural, estrutural e político. Os autores retratam imersão cognitiva como a forma pela qual o exercício da ação econômica é limitado pelas regularidades estruturais do processo mental. Esta noção põe limites na racionalidade defendida pelos neoclássicos, para quem a racionalidade é limitada pela complexidade, custos de informação e incerteza.

Por imersão cultural, Zukin e DiMaggio (1990) referem-se à forma com que as estratégias econômicas e os processos organizacionais são afetados pelos entendimentos coletivos compartilhados. Imersão cultural tem um efeito dual sobre as instituições econômicas, isto é, "ele constitui as estruturas nas quais as ações econômicas auto-interessadas ocorrem mas, por outro lado, também constrange o livre exercício das forças de mercado" (ZUKIN; DIMAGGIO, p. 1990, p. 17).

Afirmar que o comportamento econômico está politicamente imerso, significa que ele é moldado pela luta pelo poder que envolve atores econômicos, tais como o Estado e as classes sociais. Imersão política refere-se às assimetrias de poder que afetam as fontes e os meios da ação econômica (ZUKIN; DIMAGGIO, 1990). Dacin, Ventresca e Beal (1999) destacam que, apesar de geralmente se focar nas pressões externas, fatores políticos internos também podem afetar a ação organizacional, negando os argumentos neoclássicos de ação atomista. A principal contribuição do mecanismo político é a análise da atividade econômica através das diferenças de poder entre atores organizacionais e entre estes e as instituições sociais. O referencial teórico sobre imersão política gera duas questões: 1)

como as relações de troca econômicas são e foram moldadas pelos atores organizacionais, bem como pelo relacionamento entre estes atores e entre estes e as instituições sociais; e 2) como as assimetrias de poder influenciam na ação econômica, criando tanto oportunidades como limites. É importante notar que os mecanismos apresentados por Zukin e DiMaggio (1990) não são independentes e, simultaneamente, constituem e são constituídos pelos demais. Da mesma forma, não se considera que imersão é uma força determinante que impossibilite a ação organizacional.

Baseados na concepção de imersão estrutural, Zukin e DiMaggio argumentam que este mecanismo é o mais importante. Por estrutura, eles entendem a maneira na qual relações diádicas são articuladas umas com as outras. O artigo clássico de Granovetter (1985) tem uma grande influência na utilização do termo mecanismo estrutural. Sua concepção de estrutura social foca nos laços interatores e nos relacionamentos diretos. Sua visão é de que a imersão social é uma construção que tanto organiza a atividade econômica como também ressalta os fatores sociais na atividade de mercado (DACIN; VENTRESCA; BEAL, 1999).

No que se refere aos laços, basicamente, dois tipos são abordados: os laços fracos e os laços fortes. Por laços fracos, Granovetter (1973) entende alguém com quem a pessoa é familiar, mas que circula em diferentes meios. Por laços fortes, um amigo íntimo que está conectado às várias pessoas que você também se relaciona. Os tipos de laços formados são importantes para se compreender a natureza da troca de informações e conhecimento entre atores (UZZI, 1997).

Tem existido uma tendência para se concentrar na forma da rede mais do que no seu conteúdo (NOHRIA; ECCLES, 1992; POWELL; SMITH-DOERR, 1994; DACIN; VENTRESCA; BEAL, 1999), no entanto, apenas focando no processo, é possível entender como os laços são criados, porque são preservados e que recursos fluem por essas relações e com que consequências.

No que se refere à posição na rede, Gulati e Gargiulo (1999) afirmam que esta pode influenciar tanto a facilidade para acessar informação como a visibilidade do ator. Para Hargadon e Sutton (1997) é necessário ir além de uma agenda de pesquisa que se interessa somente na posição, para compreender como certos arranjos estruturais produzem benefícios e oportunidades. O trabalho de Burt (1992)

contribuiu neste aspecto ao centrar-se em como certas estruturas melhoram os retornos, argumentando que aqueles que prosperam são os que possuem redes imediatas densas e coincidentes e, em adição, estão ligados às redes mais distantes, caracterizadas por vários contatos não-redundantes.

Apesar de um maior número de contatos gerarem mais benefícios, a diversidade de contatos melhora a qualidade desses benefícios. Outra forma de ampliar os benefícios da rede é através de contatos não-redundantes (os quais garantem exposição às diversas fontes de informação); cada *cluster* de contatos é uma fonte de informação e múltiplos *clusters* provêm melhor informação sobre oportunidades. Em adição, contatos não-redundantes estão ligados apenas através de jogadores centrais e, como consequência, eles são os primeiros a descobrir oportunidades criadas pela necessidade de um grupo que pode ser satisfeita por outro grupo. Jogadores centrais agem como coordenadores.

O conceito de *Tertius gaudens* de Simmel tem um papel central na proposta de Burt sobre buracos estruturais, mas Obstfeld (2005) chama atenção para um outro conceito de Simmel não explorado por Burt, o *tertius iungens* (ou o terceiro que une). Neste sentido, este "terceiro" cria ou facilita laços entre atores de uma rede social para um esforço inovativo, enfatizando a coordenação ou a indução para a cooperação. No que se refere aos propósitos deste artigo, este conceito não trabalhado por Burt, parece mais relevante ao centrar-se mais na cooperação entre atores do que na manipulação de contatos não-conectados.

A necessidade de se compreender o mecanismo estrutural não apenas focando nas relações diretas e na díade já foi anteriormente citada neste artigo. Portanto, a compreensão das redes deve abarcar todos os atores considerados relevantes que possuem laços diretos ou não, extrapolando o foco na díade e analisando estas relações numa perspectiva longitudinal. Como Salancik (1995) destaca a maioria das pesquisas sobre redes ao focarem na díade, perdem a oportunidade de compreender a ação coletiva. Questões sobre centralidade, conectividade, tamanho da rede, equivalência estrutural são abordadas no sentido de compreender o seu impacto no fluxo de informação, nos recursos, no prestígio e na reputação. Entretanto, como salienta o autor existe o perigo da análise de redes, ao buscar corrigir a tendência dos estudos organizacionais de focarem "nas árvores mais do que nas florestas" (SALANCIK, 1995, p.

345) de também não ser capaz de compreender a floresta, sem considerar as especificidades das árvores.

DiMaggio (1992; 1994) defende que embora a análise estrutural possa prover explicações para vários aspectos, uma teoria de ação deve também abarcar a substância de aspectos cognitivos e culturais. É importante entender como o relacionamento entre aspectos culturais, sociais e estruturais e as conseqüências empíricas das variações de seus relacionamentos afetam a constituição da ação econômica.

Destaca-se ainda que, embora a cultura seja uma construção local, ela se dá num contexto mais amplo que também exerce uma força cultural (MEYER *et al.*, 1997). Uma teoria de ação requer também o foco nos aspectos cognitivos, tendo como pressuposto a inexistência de uma separação rígida entre mecanismo cultural e mecanismo cognitivo. Como salientado por Dequech (2003) o mecanismo cultural está intimamente relacionado com o conceito de mecanismo cognitivo.

4 TERRITORIALIDADE

Os conceitos de território, territorialidade e espaço interessam às diferentes áreas de conhecimento e possuem diferentes concepções. O conceito utilizado revela a ênfase em determinados aspectos, vinculando-se a posição filosófica do pesquisador.

Apesar de utilizados como sinônimos por diferentes autores, espaço e território não são termos "equivalentes". Para Raffestin (1993) espaço é algo anterior ao território. O território só se forma a partir da ação de um ator. Neste sentido, o ator *territorializa* o espaço. Assim, espaço pré-existe a ação e, apesar do território se apoiar nele se diferencia. Território é uma produção a partir do espaço e "qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações" (RAFFESTIN (1993, p.144).

Espaço, por sua vez, é um campo de possibilidades. A produção, portanto, ocorre num campo de poder. Produzir é se apropriar. Raffestin (1993, p. 49) salienta ainda que "o poder constrói malhas nas superfícies do sistema territorial para delimitar campos operatórios".

Fernandes (2005) considera que espaço é simultaneidade em movimento, isto é, é produto e produção, é processo e resultado, é fixidez e movimento, é de onde

se parte e onde se chega. A produção do espaço ocorre por intermédio das relações sociais. O espaço passa a ser compreendido de acordo com a intencionalidade da relação social que o criou e, território é a apropriação do espaço por uma determinada relação social que o produziu e o mantém a partir de uma relação de poder. O território é um espaço de conflitualidades.

Pela diversidade de relações sociais, criam-se vários territórios ou multiterritorialidades, nos termos de Haesbaert (2004). O autor agrupa em 4 vertentes as diferentes noções que o território apresenta:

- política – refere-se às relações espaço-poder, isto é, a concepção de território como um espaço através do qual se exerce poder, principalmente, mas não exclusivamente, atrelado ao poder político do Estado;
- cultural – prioriza a dimensão simbólica e concebe o território como produto da valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- econômica – foca na dimensão espacial das relações econômicas. Território como fonte de recursos; vinculado à disputa de classes sociais e à relação de capital-trabalho;
- naturalista – concepção de território baseada nas relações entre sociedade e natureza.

Para o autor, mais útil ainda é agrupar as diferentes concepções segundo dois binômios, o materialismo-idealismo e o espaço-tempo. O primeiro pode ser desdobrado em duas perspectivas, àquela denominada de visão 'parcial' do território (ênfata somente uma das quatro dimensões anteriormente salientadas) e àquela denominada visão 'integradora' do território (ênfata conjuntamente as quatro dimensões). O segundo binômio associa-se à dois sentidos: primeiro ao seu caráter mais absoluto ou relacional (incorporando ou não a dimensão temporal e distinção entre entidade físico-material e social-histórica) e, o segundo, a sua historicidade e geografia.

Para o autor, Raffestin possui uma visão relacional de território, tendo em vista que para ele, espaço é trunfo e território, o campo de ação dos trunfos. Como salienta o próprio Raffestin (1993, p. 47) "Dissemos que o espaço é um suporte, além de um recurso, e, por conseguinte, um trunfo".

Espaço e tempo são suporte e não raro são também recursos. Tempo e espaço constituem a estratégia do ator social.

Pode-se inferir que para o autor, não se pode falar em território sem falar em poder. Ao considerar o território como um campo da relação, pressupõe-se também que é um campo de poder. Baseando-se em Foucault, o autor considera que toda relação é um lugar de poder. Neste mesmo sentido, Haesbaert (2004) chama atenção que ainda que exista a desigualdade em uma relação, não se pode conceber a existência de um centro que emana o poder. Raffestin (1993) também considera que não existe sentido em se "falar" de uma hierarquização, centro - periferia.

Para Haesbaert (2004, p. 93)

O poder não pode de maneira alguma ficar restrito a uma leitura materialista, como se pudesse ser devidamente localizado e "objetificado". Num sentido também aqui relacional, o poder como relação, e não como coisa a qual possuímos ou da qual somos expropriados, envolve não apenas as relações sociais concretas, mas também as representações que elas veiculam e, de certa forma, também produzem. Assim, não há como separar o poder político num sentido mais estrito e o poder simbólico.

Cada grupo social pode territorializar-se na relação que desenvolvem com seus espaços dependendo da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo.

Territorializar-se, desta forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo "poder" sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de "dominação" e "apropriação" ao mesmo tempo (HAESBAERT, 2004, p. 97).

Resta-nos fazer uma reflexão sobre o que seria fundamental "controlar" em termos espaciais para construir nossos territórios. Sem a pretensão de fornecer uma resposta pronta para tal questão, o que seria contraditório com a própria postura adotada em todo o trabalho, considera-se que uma análise frutífera da capilaridade dos territórios é fornecida pelo entendimento de rede como uma perspectiva analítica tal como desenvolvida pelos pesquisadores de imersão social.

Criticando os que advogam que na contemporaneidade estão proliferando,

principalmente, processos de desterritorialização do que de territorialização, Haesbaert (2004) defende a existência de uma nova forma de territorialização convivendo lado a lado com formas já existentes. Para ele, uma das propostas mais interessantes é aquela que coloca a possibilidade da construção de territórios "no e pelo movimento, "territórios-rede" descontínuos e sobrepostos, superando em parte a lógica político-territorial zonal mais exclusivista do mundo moderno" (HAESBAERT, 2004, p.97-98).

O autor baseia-se em Deleuze e Guattari no que se refere às suas propostas sobre território e desterritorialização, salientando sua restrição à fundamentação pós-estruturalista e à abrangência excessiva dos conceitos desses autores. A partir da superação da relação sujeito-objeto, a qual pressupõe a existência de algo que se deseja e alguém que deseja, utiliza o entendimento de Deleuze e Guattari sobre desejo, isto é, como uma força que requer agenciamento bem como é constituinte de toda relação social. Assim, Haesbaert (2004) afirma que o desejo vem sempre agenciado. Nesta concepção, o desejo cria territórios, pois ele compreende uma série de agenciamentos. E a territorialidade, como veremos, é central na construção desses agenciamentos.

Portanto, o agenciamento é moldado nos movimentos concomitantes de territorialização e desterritorialização.

Todo agenciamento é territorial e duplamente articulado em torno de um conteúdo e uma expressão, reciprocamente pressupostos e sem hierarquia entre si. Um território, portanto, pode ser visto como o produto "agenciado" de um determinado movimento em que predominam os "campos de interioridade" sobre as "linhas de fuga", ou, em outras palavras, um movimento mais centrípeto que centrífugo (HAESBAERT, 2004, p.123).

Toda desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização. É preciso distinguir desterritorialização *para quem* e *por quem*. O autor critica os que advogam que não há espacialidades na rede pois estes contrapõem claramente redes e território, como se fosse possível substituir um pelo outro. Como esclarecimento, o autor enfoca primeiramente, que a rede é constituinte de todo processo de territorialização. Assim como o território, a rede nunca pode ser tomada como se fosse algo homogêneo e a-histórico. Os pontos, as linhas, os fluxos que circulam, são

fundamentais na ambivalência das redes, isto é, territorializadora e desterritorializadora dependendo das características da rede. Para o autor, o efeito concomitante territorializador e desterritorializador das redes é a sua característica mais marcante. Entendendo as redes não como algo em si próprio, mas como formas ou meios mobilizados pelos atores, utiliza-se o conceito de rede.

para enfatizar o papel das redes em processos (re)territorializadores, ou seja, na construção de territórios em seu sentido de controle ou domínio material e/ou apropriação simbólica (...) Mas, como todo processo de desterritorialização, elas nunca são apenas territorializadoras. Conexões com o exterior, que às vezes são até mesmo privilegiadas em relação às conexões internas, representam processos concomitantes de desterritorialização (HAESBAERT, 2004, p. 294).

O autor afirma que o efeito mais importante da perspectiva conceitual do território-rede é sua noção de poder que supera a noção "exclusivista", ao se admitir diferentes formas territoriais descontínuas e superpostas de articulação de poder. Ao se conceber o território como relacional, entende-se que o território é também movimento, fluidez, interconexão. Essa noção é crucial, no sentido de se contrapor àqueles que defendem o domínio dos processos de desterritorialização, dissociando rede (vinculada principalmente ao tempo e a mobilidade) e território (vinculado prioritariamente à estabilidade e à uma noção estática de espacialidade). Ao considerar que poder é parte intrínseca de toda relação e território como algo relacional, pode-se inferir que, para Raffestin, não se pode falar em território sem falar em poder.

Para Raffestin (1993) nas superfícies de um sistema territorial, existem malhas construídas pelo poder, para delimitar campos operatórios. Os atores "vão proceder à repartição das superfícies, à implantação de nós e à construção de redes. (...) Toda prática espacial induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma "produção territorial" que faz intervir tessitura, nó e rede" (RAFFESTIN, 1993, p. 150). Tessituras, nós e redes são três subconjuntos estruturais que sustentam a prática espacial. As relações de produção e, portanto, as relações de poder são reveladas pelas imagens territoriais.

Na próxima seção, são articulados os diferentes conceitos visando uma maior

territorialidade da ação dos pesquisadores organizacionais locais. Para tanto, baseando-se em conceitos de Haesbaert (2002), chama-se atenção para a multiterritorialidade, isto é, que a organização do espaço se organiza em múltiplos territórios, neste sentido, apresenta-se os conceitos de território-rede, território-zona e os aglomerados de exclusão, os quais estão relegados "a uma espécie de desordem sócio-espacial" (HAESBAERT, 2002). Estes últimos apresentam-se muito débeis no que se refere às suas territorialidades ou redes, tomando-se, desta forma, excluídos.

5 TERRITORIALIDADE, CAMPO E REDE: PARA INICIAR E NÃO PARA CONCLUIR....

Neste artigo defendeu-se a contribuição dos conceitos de territorialidade, rede e campo como permitindo a superação de práticas subordinadas e descontextualizadas. Neste sentido se os atores pretendem deslocar o centro, inicialmente necessitam entender quais são as redes em que estão inseridos, como é a dinâmica dessas redes e em que posição se encontram. Este é o argumento deste artigo, isto é, para compreender e gerar transformações no campo, a inserção em diferentes redes é fundamental bem como a prática territorializada da ação. Territorialidade da ação, entendida não apenas como a localização da mesma, mas relacionada à dependência ou independência desta ação, de recursos que são territorialmente específicos. Assim, quanto mais local, maior sua territorialidade, portanto maior sua capacidade de ação autônoma, pois "a esfera local é vista como a mais apta para identificar problemas e necessidades da sociedade e, conseqüentemente, encontrar a solução mais adequada para as potencialidades locais e habilidades existentes" (HOLANDA; VIEIRA, 2003). O local entendido não como capaz de uma autonomia endógena, mas como constituído e constituinte de uma realidade exógena.

O artigo de Carvalho, Goulart e Amantino-de-Andrade (2005) traz importante reflexão sobre a internacionalização da produção científica brasileira e sua pertinência sócio-cultural, defendendo que "é possível subverter as regras do jogo" (p.1) (grifo nosso). Para as autoras, passo importante na inserção no campo científico como agentes, seria a criação de uma Rede Nacional de Informação em Administração, através da qual "estariamos então criando a

materialidade necessária para ampliar tanto a inserção internacional como a pertinência sócio-cultural da produção acadêmica brasileira em Administração” (CARVALHO; GOULART; AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005, p. 14).

É interessante acrescentar que internacionalização é um processo isomórfico que está ocorrendo não somente no Brasil, mas também na academia internacional. Este é o foco do artigo de Wagner e Leydesdorff (2005) que apontam também a diminuição de co-autorias domésticas em relação a co-autorias internacionais. A percentagem de co-autoria internacional dobrou durante a década de 90 bem como o número de países que colaboram ampliou de 37 para 54 entre 1990 e 2000. Utilizando a perspectiva de redes, os autores concluem que a rede cresceu, isto é, possui um maior número de atores, os quais estão mais interconectados. Sua análise também mostrou que a rede acadêmica está ficando mais descentralizada, com centros regionais emergindo. Para eles, estes centros regionais (por exemplo, a África do Sul) parecem estar reforçando a estrutura na qual os países “líderes”, provêm crescentemente um sistema de referência.

Para os autores, explicações calcadas na teoria centro-periferia embora tenham tido forte poder explicativo no passado, atualmente, pode ser revisto por um modelo que contemple vários centros que colaboram e competem entre si. É importante salientar que os autores, mesmo trabalhando com redes não percebem relações destituídas de hierarquia e, portanto, percebem a inserção internacional de países em desenvolvimento como periféricos na rede global, através de centros regionais fortalecidos.

Wagner e Leydesdorff (2005) apontam a reputação como um dos elementos-chave para a co-autoria internacional e a colaboração internacional bem como a visibilidade e/ou o acesso a recursos. Os autores salientam que existe uma preferência na academia por formar parcerias (pode ser somente em termos de citações) com autores que são altamente conectados dentro da rede, isto é, popularidade é algo atrativo.

Pode-se inferir então que, referenciar estes autores, poder gerar mais legitimidade no campo. Novos entrantes procuram então buscar acesso e reconhecimento dentro do campo, através de parcerias com os atores que já estão legitimados no campo. Os novos pesquisadores ganham visibilidade no campo ao serem orientados ou trabalharem em conjunto com aqueles que já são bem conhecidos no campo. Neste sentido, referenciar trabalhos nacionais de autores legítimos na rede brasileira, mesmo que internacionalmente, “desconhecidos”, é importante quando se trata de novos pesquisadores nacionais. Os laços formados com pesquisadores atuantes no cenário doméstico ajudam na legitimação dos novos autores.

No panorama atual do mundo com todas as suas complexidades e processos, muitas vezes excludentes, a academia também possui sua multiterritorialidade reunida em três elementos: os territórios-zona, os territórios-rede e os aglomerados de exclusão. Nos territórios-zona prevalece a lógica do controle da superfície, utilizando fronteiras bem demarcadas; nos territórios-rede prevalece uma lógica de sobreposição, de partilha concomitante de múltiplos territórios e nos aglomerados de exclusão ocorre uma lógica social de exclusão (HAESBAERT, 2004). Pode-se fazer um paralelo desta multiterritorialidade, a partir da análise de Reed (1998) com relação aos estudos organizacionais, identificando aqueles que preferem uma “imposição paradigmática”, outros que defendem a “proliferação paradigmática” e ainda aqueles que não são nem reconhecidos como atores legitimados no campo.

É importante salientar que, embora se utilize os conceitos de Haesbaert, esta apropriação ocorre de maneira diversa à proposta pelo geógrafo brasileiro, sendo mais um *insight* para a discussão proposta aqui, a qual em consonância com o autor, defende a possibilidade de se vivenciar uma multiterritorialidade, inclusive na academia.

REFERÊNCIAS

- BALDI, M.; VIEIRA, M.M.F. A Natureza Contingente da Ação Econômica: um estudo sobre imersão social no setor calçadista do Vale do Sinos no Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29, 2005. Brasília. **Anais ...** [Rio de Janeiro]: ANPAD, 2005. 1 CD-ROM.
- BRUNET, R.; FERRAS, R.; THÉRY, H. **Les mots de la géographie**, dictionnaire critique. Paris: La Documentation Française; Montpellier: Reclus, 1993.
- BURRELL, G. Eco and the bunnymen. In J. Hassard & M. Parker (Eds.), **Postmodernism and Organizations**. London: Sage, 1993.
- BURT, R. S. The Social Structure of Competition. In: NOHRIA, N., ECCLES, R.G (eds.). **Networks and organizations: structure, form, and action**. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992.
- CALDAS, Miguel P.; WOOD JR., Thomaz. **Transformação e realidade organizacional** - uma perspectiva brasileira. São Paulo, Atlas, 1999.
- CARVALHO, C.A.; GOULART, S.; AMANTINO-DE-ANDRADE, J. Internacionalização subordinada, É possível subverter as regras do jogo! In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29, 2005. Brasília. **Anais ...** [Rio de Janeiro]: ANPAD, 2005. 1 CD-ROM.
- CLEGG, Stewart R. **As organizações modernas**. Oeiras, Celta Editora, 1998.
- DACIN, M. Tina; VENTRESCA, M. J., BEAL, B. The embeddedness of organizations: dialogue & directions. **Journal of Management**, v.25, n.3, p. 317-356, may-june, 1999.
- DEQUECH, D. Cognitive and cultural embeddedness: combining institutional economics and economic sociology. **Journal of Economic Issues**, v.37, n.2, p.461-470, 2003.
- DIMAGGIO, Paul J. Constructing an organizational field as a professional project: U.S. art museums, 1920-1940. In: DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- _____.; POWELL, W. W. The Iron Cage Revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. In: DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- _____. Nadel's paradox revisited: relational and cultural aspects of organizational structure. In: NOHRIA, N.; ECCLES, R. G. (Eds.). **Networks and organizations: structure, form, and action**. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992.
- _____. Culture and economy. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Eds.) **The handbook of economic sociology**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.

FERNANDES, B.M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais – contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, n.6, jan/jun, 2005.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v.91, n.3, nov., 1985.

_____. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v.78, n.6, p. 1360-1380, 1973.

GUERREIRO RAMOS, Alberto G. **A nova ciência das organizações**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1989.

_____. **Administração e estratégia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1983.

GULATI, R; GARGIULO, M. Where do interorganizational networks come from? **American Journal of Sociology**, v.104, n.5, march, p. 1439-1493, 1999.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da AL QAEDA. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v.1, n.18, p. 37-46, 2002.

HARGADON, A; SUTTON, R. Technology brokering and innovation in a product development firm. **Administrative Science Quarterly**, 42: 716-749, 1997.

HOLANDA, L.A. de; VIEIRA, M.M.F. Sobre a falácia da relação direta entre turismo e desenvolvimento local. In: CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M.M.F. (orgs.). **Organizações, cultura e desenvolvimento local**: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional. Recife, EDUFEPE, 2003.

LOPES, F.D. **A Influência do Ambiente Institucional na Formação de Joint Ventures Internacionais** - um estudo de caso da Puig-Menphis. 2003. Curso de Doutorado em Administração. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Porto Alegre.

MAURICE, M. The paradoxes of societal analysis. A review of the past and prospects for the future. In: MAURICE, M; SORGE, A. **Embedding organizations**: societal analysis of actors, organizations, and socio-economic context. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2000.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized Organizations: formal structure and myth and ceremony. In: MEYER, John W., SCOTT, W. Richards (eds). **Organizational environments**: ritual and rationality. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1992.

MEYER, J.; BOLI, J.; THOMAS, G. M.; RAMIREZ, F. O. World society and the nationstate. **American Journal of Sociology**, v.103, n.1, p.144-181, 1997.

MISOCZKY, M. C. A. Implicações do uso das formulações sobre campo de poder e ação de Bourdieu nos estudos organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea**, edição especial, p.9-30, 2003.

NOHRIA, N.; ECCLES, R.G (Eds.). **Networks and organizations**: structure, form, and action. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992.

OBSTFELD, D. Social Networks, the *tertius iungens* orientation, and involvement in innovation. **Administrative Science Quarterly**, 50, p. 100-130, 2005.

POLANYI, K. **The great transformation**: the political and economic origins of our time. New York, Toronto: Farrar & Rinehart, INC, 1944.

_____. Our obsolete market mentality: civilization must find a new thought pattern. **American Jewish Committee**, v.3, n.2, p.109-117, february, 1947.

POWELL, W. W.; WHITE, D. R.; KOPUT, K.W.; OWEN-SMITH, J. Networks dynamics and field evolution: the growth of interorganizational collaboration in the life sciences. *American Journal of Sociology*, v.110, n.4, 1132-1205, 2005.

POWELL, W.W.; SMITH-DOERR, L. Networks and economic life. In: SMELSER, N.J.; SWEDBERG, R. (Eds.) **The handbook of economic sociology**: 183-205. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Editora Ática, 1993.

SALANCIK, G. R. WANTED: a good network theory of organization. **Administrative Science Quarterly**, 40, 345-349, 1995.

SCOTT, R. W. **Institutions and Organizations**. Sage Publications, 1995.

SILVA, S. M. G. **Sobre a interferência da produção científica e tecnológica da universidade no desenvolvimento local**: o caso da Ciência da Computação. 2005. 352f. Tese (Doutorado em Administração) – Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

UZZI, B. Social structure and competition in interfirm networks: the paradox of embeddedness. **Administrative Science Quarterly**, v.42, p.35-67, 1997.

VIEIRA, E. F.; VIEIRA, M.M.F. **Espaços econômicos**: geoestratégia, poder e gestão do território. Porto Alegre, Editora Sagra Luzzato, 2003.

VIEIRA, M.M.F.; CARVALHO, C. A. Campos organizacionais: de *wallpaper* à construção histórica do contexto de organizações culturais em Porto Alegre e em Recife. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 27, 2003. Atibaia. **Anais ...** [Rio de Janeiro]: ANPAD, 2003. 1 CD-ROM.

WAGNER, C. S.; LEYDESDORFF, L. Network structures, self-organization and the growth of international collaboration in science. **Research Policy**, v. 34, p. 1608-1618, December, 2005.

ZUKIN, S.; DIMAGGIO, P. J. **Structures of capital**: the social organization of the economy. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1990.

Mariana Baldi

Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
E-mail: mbaldife@yahoo.com.br